

01. Qual o princípio constitucional da Administração Pública que foi acrescentado pela Reforma Administrativa do Estado Brasileiro (EC n. 19/98)?

- a) moralidade.
- b) publicidade.
- c) impessoalidade.
- d) legalidade.
- e) eficiência.

02. Não é penalidade administrativa prevista na Constituição para os atos de improbidade administrativa:

- a) indisponibilidade dos bens.
- b) ressarcimento ao erário.
- c) suspensão dos direitos políticos.
- d) perda da função pública.
- e) advertência pública.

03. Assinale a alternativa incorreta em relação às normas constitucionais voltadas para a Administração Pública:

- a) é garantido ao servidor público o direito à associação sindical
- b) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão
- c) ao servidor público civil é assegurado o direito de greve
- d) o prazo de validade do concurso público será de até 03 anos, prorrogável uma vez, por igual período
- e) n. r. a.

04. Assinale a alternativa correta:

- a) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- b) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar e processar originariamente os *habeas corpus* quando a autoridade coatora for juiz federal.
- c) Os juízes federais são órgãos da Segunda instância da Justiça Federal.
- d) O juiz federal não pode julgar questões referentes à disputa sobre direitos indígenas.
- e) Os juízes federais equivalem em sua competência aos membros dos Tribunais dos Estados.

05. As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas, **exceto**:

- a) na seção judiciária em que for domiciliado o autor.
- b) naquela em que houver ocorrido o fato ou ato que deu origem à demanda.
- c) onde esteja situada a coisa.
- d) no Distrito Federal.
- e) no Estado do Rio de Janeiro ou de São Paulo porque os mesmos têm representação da União.

06. Denomina-se o julgamento proferido pelos Tribunais:

- a) despacho.
- b) decisão interlocutória.
- c) sentença monocrática.
- d) acórdão.
- e) n.r.a.

07. Ordinariamente, os atos processuais realizam-se:

- a) em sábados, domingos e feriados somente após as 8:00 da manhã.
- b) em dias úteis, das oito às dezoito horas.
- c) em dias úteis, das oito às dezenove horas.
- d) em dias úteis, das seis às vinte horas.
- e) n.r.a.

08. Felipe, advogado, foi intimado para apresentar contestação em ação de natureza cível, tendo o prazo terminado num domingo. Nesses termos:

- a) Felipe deveria apresentar a defesa prévia até a sexta-feira anterior, já que no domingo não existe expediente forense.
- b) o prazo não pode cair em domingo ou feriado, de acordo com a Lei Adjetiva Civil.
- c) o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.
- d) essa situação não ocorre na prática forense.
- e) n. r. a.

09. Denomina-se sentença *extra petita* aquela que:

- a) concede menos do que foi pedido.
- b) decide causa diferente da que foi posta em juízo.
- c) decide dentro dos limites do pedido formulado.
- d) decide em contradição com o pedido formulado.
- e) decide de modo contrário ao que foi formulado.

10. Considera-se direito líquido e certo para efeitos de mandado de segurança:

- a) o direito resultante de fato certo, capaz de ser comprovado de plano.
- b) o direito resultante da constatação mediante depoimento pessoal de testemunhas.
- c) aquele direito evidente, sobre o qual deverão ser prestados esclarecimentos por órgão público ou particular.
- d) o direito resultante de regulamento de empresa em contradição com lei ordinária.
- e) o direito que precisa de comprovação ulterior.

11. Ao despachar a inicial do mandado de segurança, o juiz mandará notificar a autoridade coatora para que apresente informações no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) n. r. a.

12. A liminar em mandado de segurança está condicionada:

- a) ao requisito do *fumus boni iuris*, somente.
- b) ao requisito do *periculum in mora*, somente.
- c) aos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo na demora em conjunto.
- d) aos requisitos do *fumus boni iuris* e da fumaça do bom direito.
- e) n. r. a.

13. Assinale o prazo para apresentação da defesa prévia no processo penal:

- a) 2 dias.
- b) 3 dias.
- c) 4 dias.
- d) 5 dias.
- e) 6 dias.

14. Após o transcurso do prazo para apresentação da defesa prévia, procede-se à oitiva das testemunhas:

- a) de defesa.
- b) de acusação.
- c) já inquiridas na fase policial.
- d) impedidas de depor.
- e) n.r.a.

15. No processo comum, podem ser arroladas pela defesa ou acusação até no máximo:

- a) 6 testemunhas.
- b) 7 testemunhas.
- c) 8 testemunhas.
- d) 9 testemunhas.
- e) 10 testemunhas.

16. A competência originária para processar e julgar prefeito municipal que tenha desobedecido à ordem de delegado federal (art. 330, do CPB) é atribuída :

- a) ao Tribunal Regional Federal.
- b) ao Tribunal Regional do Trabalho.
- c) ao juízo federal de 1ª instância.
- d) ao juízo estadual de 1ª instância.
- e) nenhuma das alternativas.

17. Sobre a responsabilidade civil do Poder Público consagrada na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) é objetiva, com base no risco administrativo.
- b) é objetiva, com base no risco integral.
- c) é subjetiva.
- d) assegura o direito de regresso em qualquer hipótese.
- e) somente as alternativas “b” e “d” estão corretas.

18. Marque a alternativa incorreta:

- a) sentença imotivada está eivada de nulidade;
- b) o sistema jurídico brasileiro não permite ao magistrado proferir sentença condicional;
- c) os erros materiais não são passíveis de correção pelo juiz após o trânsito em julgado da sentença;
- d) são requisitos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo;
- e) nenhuma das alternativas;

19. Segundo a Constituição Brasileira, o crime político é:

- a) julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário.
- b) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, apenas em recurso extraordinário.
- c) processado e julgado, em qualquer caso, pelos Tribunais Regionais Federais.
- d) processado e julgado pelo Poder Judiciário estadual, que tem competência exclusiva nesta matéria.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

20. Processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho é da competência:

- a) dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) dos juízes do trabalho.
- c) dos juízes federais.
- d) dos Tribunais de Justiça.
- e) dos juízes estaduais.

GABARITO

| | |
|----|---|
| 1. | E |
| 2. | E |
| 3. | D |
| 4. | B |
| 5. | E |
| 6. | D |

| | |
|-----|---|
| 7. | D |
| 8. | C |
| 9. | B |
| 10. | A |
| 11. | B |
| 12. | C |
| 13. | B |
| 14. | B |
| 15. | C |
| 16. | A |
| 17. | A |
| 18. | C |
| 19. | A |
| 20. | C |

1. DISSERTE SOBRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2. EM FACE DOS DEBATES JURÍDICOS TRAVADOS ACERCA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA, ENCONTRA-SE EM VOGA O TEMA SOBRE OS DIREITOS ADQUIRIDOS. EM SENDO ASSIM, DÊ A DIFERENÇA ENTRE DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO, EXEMPLIFICANDO CADA UM DOS INSTITUTOS.